



Informação da polícia técnica: paradoxo entre a relevância e o descaso*

Alexandre Giovanelli** e Edinilsa Ramos de Souza***

Resumo – Neste artigo, analisam-se as perícias realizadas pelo Posto de Polícia Técnica de Campo Grande, no município do Rio de Janeiro, de setembro de 1999 a junho de 2002, com detalhamento no período de julho de 2001 a junho de 2002. O número de solicitações de ocorrências foi sempre superior a duzentas perícias mensais. O primeiro semestre de 2002 apresentou um aumento de 16% em relação ao ano anterior. Os homicídios contribuíram acentuadamente para esse crescimento. A 35ª Delegacia Policial foi a que mais demandou serviços de perícia. As principais categorias de ocorrência foram homicídios (35,1%) e acidentes de trânsito (23,8%). A desvalorização da informação gerada na polícia técnica pode estar relacionada a dispositivos de exclusão social. Maior refinamento das estatísticas possibilitaria tomadas de decisões administrativas mais adequadas.

Palavras-chave: Rio de Janeiro; violência; perícia criminal; homicídio; acidente de trânsito; arrombamento.

Introdução

Atualmente, há uma grande deficiência na geração, sistematização e divulgação de informações policiais referentes à violência que ocorre no Rio de Janeiro. Dessa maneira, torna-se difícil tanto formular políticas de segurança pública, quanto informar à sociedade sobre a real situação da criminalidade no estado.

Dentro deste contexto, as informações geradas na polícia técnica poderiam contribuir para

minimizar tal problema. No caso do Instituto Médico Legal (IML) do Rio de Janeiro, os dados referentes à *causa mortis* são utilizados nas estatísticas oficiais das secretarias municipais e estaduais e pelo Ministério da Saúde. No entanto, existem vários problemas operacionais que comprometem a confiabilidade desses dados (Simões & Reichenheim, 2001). Em relação à perícia criminal, a situação é ainda muito incipiente no que concerne à sistematização e utilização das informações geradas pela Polícia Civil.

* Os autores agradecem a Reinaldo Russo, chefe do Posto de Polícia Técnica da Zona Oeste, pelo apoio a este trabalho.

** Mestre do Instituto de Criminalística Carlos Éboli. E-mail: agio@ioc.fiocruz.br.

*** Doutora do Centro Latino-americano de Estudos de Violência e Saúde da ENSP/FIOCRUZ. E-mail: edinilsa@claves.fiocruz.br.



Atualmente não há levantamento ou utilização oficial ou mesmo um esforço de organização e análise dos dados gerados por esse setor técnico.

A perícia criminal apresenta basicamente duas fontes de geração de informação: o livro de registro das perícias solicitadas e os laudos periciais. A partir do livro de registro, podem-se efetuar análises prospectivas da situação da perícia de locais, segundo a demanda de ocorrências por delegacias, dias da semana e meses. Por outro lado, a sistematização dos dados contidos nos laudos periciais pode servir para o delineamento de importantes padrões de interesse criminalístico, ao relacionar os principais tipos de delito com as características dos locais examinados.

Todo o acervo informacional gerado pela perícia criminal traz implicações tanto para a própria instituição quanto para a sociedade. No primeiro caso, as informações podem contribuir para a tomada de decisões administrativas, tendo como base a alocação adequada de recursos humanos e materiais, de acordo com as demandas previstas. O gerenciamento adequado de recursos reflete-se na melhoria da rotina de trabalho dos funcionários e, portanto, na qualidade de vida destes profissionais, diminuindo o estresse, o desgaste e o sofrimento psíquico resultantes do processo de trabalho (Dejours & Abdoucheli, 1994).

Contudo, a informação gerada pela perícia criminal também pode trazer importantes benefícios para a sociedade. Primeiramente porque, quanto maior a diversidade das fontes geradoras de informação, maior é o controle sobre

o processo de geração, disseminação e qualidade desses dados. Ou seja, a transparência dos dados é garantida, contribuindo para a democratização da informação. Segundo, a disponibilidade da informação permite que a sociedade perceba a importância do trabalho da perícia criminal, hoje praticamente desconhecido. Esse maior conhecimento pode angariar simpatia e adesão da população para a busca de melhoria desse serviço. Conseqüentemente, isso traria efeitos benéficos para os profissionais e para o público em geral.

Por outro lado, o aumento da criminalidade, ao longo das últimas décadas no Brasil, precisa estar acompanhado da correspondente melhoria das condições de trabalho das polícias. Nesse caso específico, da melhoria da capacidade investigativa da polícia técnica. Entende-se, portanto, que a informação é uma grande aliada e pode contribuir para a fundamentação de políticas de prevenção e combate ao crime e a violência em nossa sociedade.

No presente trabalho, buscamos sistematizar e analisar dados oriundos do livro de registro de perícias de um posto de atendimento da polícia técnica situado na Zona Oeste do Rio de Janeiro, bem como realizar uma reflexão crítica acerca da geração dessas informações.

Metodologia

O trabalho utiliza dados do Posto de Polícia Técnica (PPT) de Campo Grande situado na Zona Oeste do Rio de Janeiro e cuja estrutura abriga uma área destinada a exames médico-



legais e outra à perícia criminal. Na unidade funcionam basicamente três serviços: (1) o de exames médicos em vítimas de ações violentas ou acidentes (denominados “corpo de delito”), subordinado à direção do IML Afrânio Peixoto; (2) o de exames em locais de crimes (“perícia de locais”); e (3) o de exames em objetos, armas e entorpecentes (“exames internos”), esses dois últimos subordinados à direção do Instituto de Criminalística Carlos Éboli. Os dados utilizados neste trabalho são os referentes às solicitações de perícias de local.

Foi realizada uma análise do total das ocorrências atendidas pelo PPT de setembro de 1999 a junho de 2002. Para o período de julho de 2001 a junho de 2002, foi realizada uma análise mais detalhada, na qual as ocorrências foram especificadas por categorias.

As informações referentes ao dia da semana, tipo de ocorrência e da delegacia solicitante da perícia foram coligidas de um livro de registro interno. As ocorrências foram classificadas em três categorias principais: (1) *mortes violentas por homicídios* – incluídos os registros com os títulos de homicídios e encontros de cadáver; (2) *acidentes de trânsito* – incluídos os títulos de colisões, choques, abalroamentos e atropelamentos; e (3) *arrombamentos* – incluídos os títulos de arrombamento e furto em residência ou empresa. Outras ocorrências, tais como danos (a veículos, residências e patrimônio público), constatação de impacto de projétil, exame geral em local, furto de energia, morte suspeita e súbita, suicídio, incêndio e coleta de impressões

digitais, foram agrupadas na categoria “outros”.

Atualmente a perícia de locais do PPT atende as seguintes delegacias: 30ª DP (Marechal Hermes), 33ª DP (Realengo), 34ª DP (Bangu), 35ª DP (Campo Grande), 36ª DP (Santa Cruz) e 39ª DP (Pavuna). A área de abrangência do PPT corresponde a quase todos os bairros da Zona Oeste, exceto Jacarepaguá e Barra da Tijuca, além dos bairros de Deodoro, Costa Barros e Barros Filho. O presente estudo analisou os dados gerados a partir das solicitações das delegacias supracitadas. Além delas, o PPT atende às delegacias de Atendimento à Mulher (Deam-Oeste), de Roubos e Furtos (DRF) e de Roubos e Furtos de Cargas (DRFC). Entretanto, como são raras as solicitações dessas últimas delegacias, elas não foram consideradas nesta análise.

Os dados da Secretaria de Estado de Segurança Pública disponíveis na internet¹ referentes ao total de vítimas por homicídio doloso, infanticídio, latrocínio, encontro de cadáver e encontro de ossada foram utilizados para comparação com o número de perícias de homicídios feitas pelo PPT, no período de julho de 2001 a junho de 2002. Os dados da Secretaria de Estado de Segurança Pública são agrupados por Áreas Integradas de Segurança Pública (AISPs). Ao presente estudo, interessam as 14ª, 27ª e 31ª AISPs, as quais correspondem as áreas atendidas pelas 30ª, 33ª e 34ª DPs (14ª AISP), 35ª DP (31ª AISP) e 36ª DP (27ª AISP). A 39ª DP faz parte de uma área integrada onde participam outras delegacias fora da área de atuação do PPT e por isso foi deixada fora da análise.

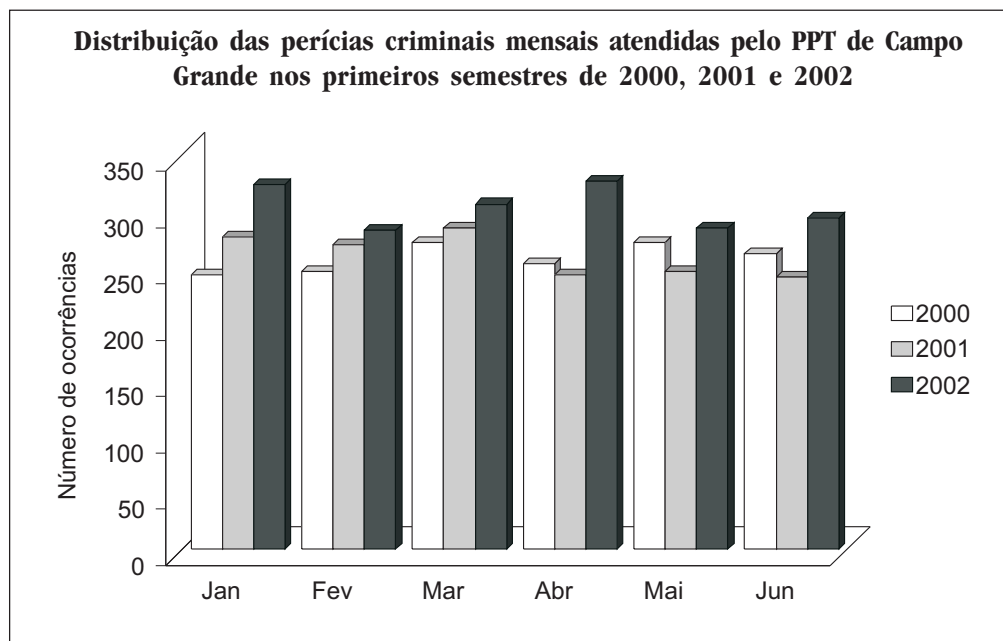


Resultados

A análise do total de perícias realizadas pelo PPT de Campo Grande, de setembro de 1999 a junho de 2002, mostra que o número de solicitações foi sempre superior a 200 ocorrências mensais.

Os dados mostram que, embora haja variações temporais na quantidade de ocorrências, existe uma tendência geral de aumento (Figura 1). Em todos os meses do primeiro semestre de 2002, as solicitações de ocorrências foram superior as do primeiro semestre de 2001.

Figura 1



Fonte: Livro de Registro de Perícias do PPT de Campo Grande.

Nos primeiros semestres de 2000 e 2001, foram realizadas 1.548 e 1.562 solicitações de perícias, respectivamente. Já no primeiro semestre de 2002, houve 1.871, o que equivale a um aumento de cerca de 16% em relação ao ano anterior.

A análise mensal da frequência de solicitações demonstra que os meses com maior número de solicitações nos anos de 2000, 2001 e 2002 foram: dezembro de 2000 (282 ocorrências); novembro de 2001 (286 ocorrências)

e abril de 2002 (329 ocorrências). Em agosto de 2000 (227), julho de 2001 (234) e fevereiro de 2002 (284) foram meses com menor número de ocorrências.

Os principais tipos de ocorrências atendidas pelo PPT de Campo Grande de julho de 2001 a junho de 2002 foram os homicídios (1.186 perícias, o equivalente a 35,1% do total). Acidentes de trânsito e arrombamentos também tiveram participação elevada nas solicitações de perícias. Foram, respectivamente, 803 perícias (23,8%) e 444 (13,1%).

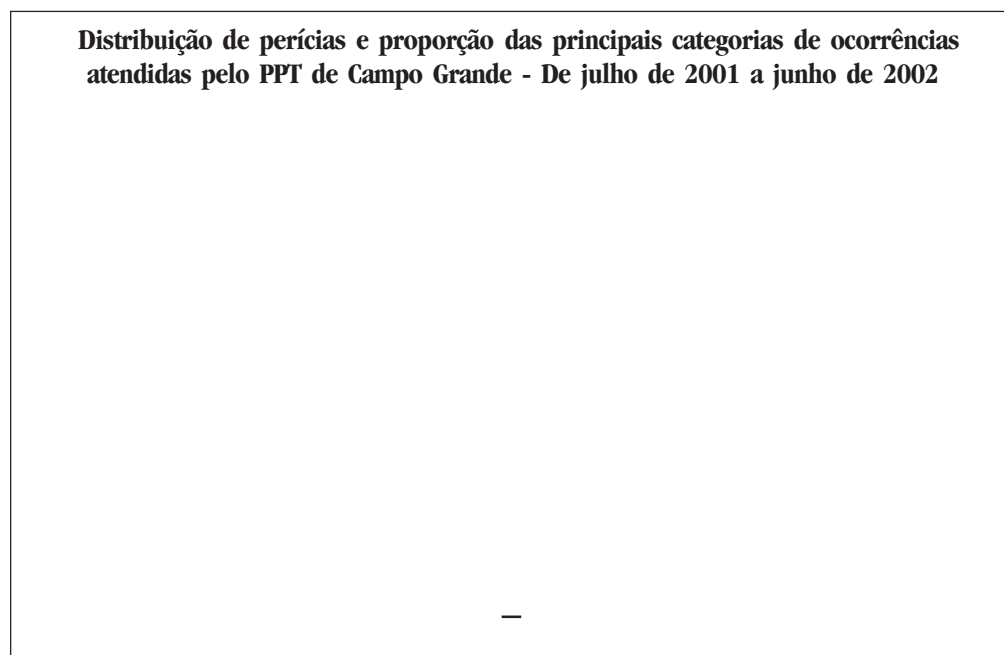


Outros tipos responderam por 28% do total de solicitações (945 perícias). Dessas últimas, cerca da metade refere-se a solicitações de perícias para exame em veículos (envolvidos em acidentes, verificação de impacto de projétil e incêndio).

A Figura 2 mostra a tendência temporal dos principais tipos de ocorrência de julho de 2001 a junho de 2002. Neste período também houve uma tendência geral no aumento total de solicitações de perícias; entretanto, a frequência relativa das três principais categorias de ocorrências

(homicídios, acidentes de trânsito e arrombamentos) apresentou poucas alterações ao longo do tempo. Os homicídios predominaram em quase todo o período analisado, exceto em julho de 2001, quando o número de solicitações de perícia para acidentes de trânsito na área foi maior do que o de solicitações de perícias de homicídios. No primeiro semestre de 2002, esse número envolvendo homicídios foi de 679 solicitações, o que equivale a um aumento de cerca de 34% em relação ao ano anterior (507 solicitações).

Figura 2



Fonte: Livro de Registro de Perícias do PPT de Campo Grande.

As demandas de perícias de locais para os três principais tipos de ocorrência (homicídios, acidentes de trânsito e arrombamentos) foram diferenciadas segundo o dia da semana e

a delegacia solicitante. Na Tabela 1, encontra-se a distribuição das solicitações de perícias por delegacias segundo os tipos de ocorrências, de julho de 2001 a junho de 2002.



Tabela 1

Distribuição das perícias por delegacias, segundo principais categorias de ocorrências atendidas pelo PPT de Campo Grande - De julho de 2001 a junho de 2002

Categorias de ocorrências	Delegacias						Total %
	30 ^a	33 ^a	34 ^a	35 ^a	36 ^a	39 ^a	
Homicídios	8,4	10,0	18,4	28,5	17,1	17,6	100,0
Acidentes de trânsito	5,2	8,1	12,1	53,3	16,8	4,5	100,0
Arrombamentos	6,3	6,3	17,6	44,2	18,2	7,4	100,0

Fonte: Livro de Registro de Perícias do PPT de Campo Grande.

De acordo com a Tabela 1, observa-se que a 35^a DP foi responsável pela maioria das solicitações de homicídios (28,5%). Entretanto, as 34^a DP, 36^a DP e 39^a DP apresentaram índices semelhantes e razoavelmente elevados deste tipo de ocorrência. As 30^a DP e 33^a DP foram responsáveis por uma pequena porcentagem de solicitações de perícias para homicídios (8,4% e 10,0%, respectivamente). O final de semana (sábado e domingo) apresentou as maiores médias de solicitação de perícias de homicídio (4,3% e 2,4% das solicitações, respectivamente), enquanto a segunda-feira e terça-feira foram os dias com menores médias (2,6% e 3,9% das solicitações, respectivamente).

Mais da metade das ocorrências de acidentes de trânsito atendidas pelo PPT de Campo Grande foram solicitadas pela 35^a DP (53,3%). Em segundo lugar, encontra-se a 36^a DP (16,8%), seguida das 34^a DP (12,1%) e 33^a DP (8,1%). As 30^a DP e 39^a DP, juntas, foram responsáveis por menos de 10% das

solicitações de perícias de acidentes de trânsito (Tabela 1). Novamente, o final de semana apresentou a maior média de solicitação de perícias de acidentes de trânsito (médias de 3,1%, no sábado, e 2,7%, no domingo), enquanto a quarta-feira foi o dia com menor média de solicitação de perícia (1,7% das solicitações).

A 35^a DP também foi responsável pela maioria das solicitações de perícia de *arrombamentos* (44,2%). As 36^a DP e 34^a DP ficaram em segundo e terceiro lugares com 17,6% e 18,2%, respectivamente. As 30^a DP, 33^a DP e 39^a DP solicitaram menos de 8,0%, cada uma, do total de perícias (cf. Tabela 1).

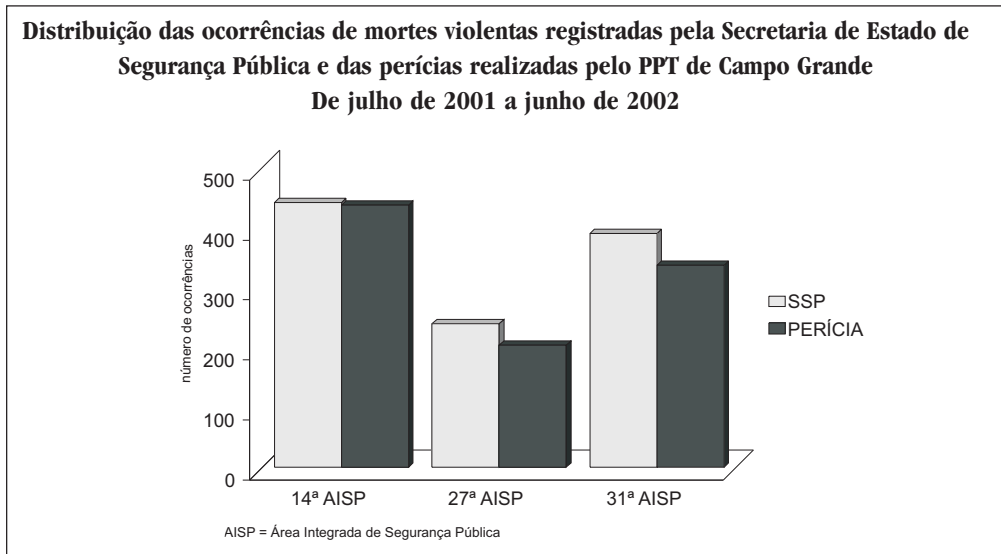
Na segunda-feira, a média de solicitações de exames para arrombamentos foi muito maior que nos outros dias da semana (média de 2,0% das solicitações). O final de semana apresentou médias baixas, notadamente o domingo (média de 0,8% das solicitações). O restante dos dias apresentou médias que variaram de 1,1% a 1,2% das solicitações.



A comparação do número de perícias realizadas pelo PPT de Campo Grande com os registros de mortes violentas da Secretaria de Estado de Segurança Pública do Rio de Janeiro revelou que, embora os valores sejam próximos entre o número de mortes violentas

registradas pelas delegacias e o número de perícias solicitadas, há uma certa quantidade de mortes violentas em que não ocorre perícia (Figura 3). Muitas dessas mortes podem ocorrer após o evento criminoso, quando a vítima falece em hospitais, por exemplo.

Figura 3



Fonte: site <http://www.novapolicia.rj.gov.br>.

Discussão e recomendações

Neste item, ressaltam-se duas questões. A primeira refere-se à importância das informações aqui apresentadas para a polícia técnica, notadamente para a perícia criminal. Na segunda, a discussão dirige seu foco para o descaso com que essas informações têm sido tratadas até o momento.

O PPT de Campo Grande atende a um número elevado de solicitações de perícia, com predomínio dos casos de homicídios e acidentes de trânsito, sendo que as demandas são mais

elevadas no final da semana. A 35ª DP (Campo Grande) foi a principal requisitante de perícias em relação a todas as categorias analisadas.

Esta distribuição desigual das ocorrências por delegacias é de grande importância quando se leva em conta a distribuição espacial dessas unidades em relação ao posicionamento do posto de perícia - localizado em Campo Grande. De uma extremidade a outra da área atendida pelo PPT, ou seja, da Pavuna a Pedra de Guaratiba (área da 35ª DP) e Santa Cruz (área da 36ª DP), a distância é de cerca de cinquenta quilômetros.



Isso significa que o deslocamento da viatura de perícia será maior no caso de atendimentos das solicitações de perícias de homicídios, já que a distribuição espacial dos casos é mais dispersa. No caso dos acidentes de trânsito, estão mais concentrados na região da 35ª DP. Isso irá reverter-se em um maior ou menor intervalo de tempo para o atendimento dos diferentes tipos de perícias solicitadas.

Por sua vez, o elevado número de perícias por dia aumenta o tempo gasto com deslocamento das viaturas. Em última análise, longas distâncias a percorrer implicam menor eficiência do exame pericial, uma vez que os peritos permanecem mais tempo deslocando-se de um bairro a outro do que examinando o local.

Se a tendência de aumento do número de ocorrências persistir, conforme sugerem os dados, a situação irá se agravar ainda mais, caso não sejam acompanhadas de mudanças no contingente de pessoal e na estrutura de atendimento dos casos. Em outras palavras, faz-se mister a alocação racional de pessoal para atendimento adequado às demandas crescentes.

Ademais, o grande deslocamento provoca um desgaste natural das viaturas, exigindo uma revisão periódica dos veículos que pode basear-se no deslocamento médio mensal. A demanda de perícias também pode servir como importante informação para a reposição regular de material consumido, tais como: luvas, disquetes para fotografia digital, pós-reveladores (de impressão digital), material para impressão de laudos periciais, além de peças para manutenção das viaturas.

A grande demanda por perícias de homicídios na área atendida pelo PPT deveria ser um indicador para se repensar o treinamento e a atualização dos peritos alocados no PPT de Campo Grande. Seria desejável que fossem ministrados cursos voltados para exame de locais de homicídios, além de aquisição de material adequado a esse tipo de exame.

Dessa forma, o simples delineamento das principais características das demandas do PPT pode servir para uma série de análises no que diz respeito à alocação mais adequada de recursos materiais e humanos, contribuindo para um programa eficiente e integrado de combate à violência. Alterações na estrutura de atendimento sem fundamentar-se em informações analisadas e sistematizadas podem, inclusive, gerar distorções e entraves na melhoria dos serviços.

Finalmente, os dados gerados pela perícia criminal podem servir para confrontar dados gerados por outras instituições, principalmente pela Secretaria de Estado de Segurança Pública do Rio de Janeiro.

É importante ressaltar, no entanto, que os dados aqui analisados apresentam algumas limitações. Uma delas é a falta de padronização para determinadas categorias lançadas no livro de registro interno. Por exemplo, os acidentes de trânsito e os atropelamentos são classificados ora separadamente, ora na mesma categoria (acidentes de trânsito). Da mesma forma, às vezes explicita-se no livro a ocorrência de acidente de trânsito com vítima fatal e



outras vezes essa informação é omitida ou não é repassada pela delegacia. Por essas razões, optou-se, neste estudo, pelo agrupamento de algumas categorias, como os acidentes de trânsito e os atropelamentos. Da mesma forma, as categorias encontro de cadáver e homicídios não puderam ser analisadas separadamente. Assim, seria importante que os funcionários responsáveis por estas anotações tivessem um treinamento prévio, a fim de padronizar as informações.

Outra limitação é em relação ao pequeno poder de detalhamento desses dados. Uma análise mais aprofundada exigiria a sistematização de informações extraídas diretamente dos laudos periciais. Nesse caso, além do maior detalhamento, outras informações seriam levantadas, inclusive de importância criminalística tais como a localização espacial das ocorrências de homicídios, encontros de cadáver, acidentes de trânsito e arrombamentos, além da correlação de características das vias com os tipos de ocorrência.

O descaso no tratamento das informações da polícia técnica fica patente na perícia criminal, em que a sistematização das mesmas é ainda ineficiente ou até mesmo inexistente.

Para entender a desvalorização existente em nossa sociedade em torno dos sistemas de informação sobre violência, o trabalho de Njaine (1997) ajuda a lançar luz sobre alguns pontos. Nele, as autoras relacionam a (des)informação a três fatores: (a) desvalorização cultural do registro de informação nas instituições públicas; (b) essa desvalorização estaria relacionada ao estigma social criado

em torno da parcela preponderante das vítimas da violência; (c) precária formação dos profissionais que lidam com os registros e uma desconexão desta tarefa com o fluxo geral de informação.

Quanto à desvalorização cultural do registro de informação, quais seriam as vantagens de tal procedimento? Esta desvalorização estaria vinculada a um dispositivo de poder, entendido segundo a concepção de Foucault? Portanto, busca-se analisar a questão por meio de uma ótica de *microfísica da violência*, expressão criada por Santos (2002), que se baseia na idéia de Foucault em *Microfísica do poder* (1995).

Quando se buscam respostas para essas indagações na própria origem da Polícia, instituição à qual a polícia técnica está estritamente vinculada, percebe-se que a ineficiência é histórica, bastando citar duas declarações de ministros da Justiça há mais de cem anos. A primeira foi proferida por Honório Hermeto, em 1833:

A Polícia, objeto de tanta importância em tempos de perturbações, pode-se dizer que não existe hoje no Império... No tempo de minha vida pública, sempre a conheci limitada à administração de obras públicas, e à apreensão de ladrões e malfeitores, de objetos roubados ou furtados, e de escravos fugidos. Estas mesmas atribuições eram mal exercidas por deficiências de meios(...). (Apud Barreto Filho & Lima, 1943).



A segunda foi proferida por Gustavo Adolfo de Aguiar Pantoja, em 1837: “(...) e não é exagerado o que se vos disse na passada sessão, que entre nós não existe nem simulacro da Polícia”. (Id.ib.)

No nível capilar de poder, quer dizer, aquele pertinente aos dirigentes e chefes de seção das instituições ligadas à polícia técnica, pode-se ressaltar que quando se tem uma estrutura administrativa e hierárquica pautada em alianças políticas e de relacionamentos pessoais, esses poderes instituídos e institucionalizados ganham uma dimensão autoritária; portanto, não são contestáveis. Assim, as decisões administrativas prescindem do critério de eficiência e são colocadas segundo uma dinâmica de trocas de favores estabelecidos de acordo com ganhos pessoais.

Posto dessa forma, a sistematização da informação viria a exercer um controle sobre este poder autoritário que, embora muito mais simbólico do que real, criaria uma possibilidade de contestação deste poder, uma vez que haveria a expectativa de que as decisões fossem tomadas com base nos parâmetros racionais e objetivos existentes. Esse seria o primeiro nível de contestação. Em um segundo nível, essas técnicas e parâmetros já estariam incorporados ao sistema hierárquico e administrativo e, portanto, haveria dispositivos de veto a atitudes arbitrárias e a possibilidade de destituição de poder, ou seja, algo que se aproximaria teoricamente de um sistema democrático de poder.

O tipo de organização da polícia técnica atual (e por extensão da Polícia) também serve a um

sistema macro-político e está relacionado ao segundo item descrito por Njaine (1997), que é o estigma social. Sem informação empírica, sem fundamentações pautadas em fatos concretos, o caminho está livre para apropriações ideológicas geradoras e consolidadoras de preconceitos. Esses, por sua vez, legitimariam determinadas práticas, notadamente a garantia da exclusão social e dominação de uma classe sobre outra, por meio de mecanismos disciplinadores. Nessas circunstâncias, as estruturas sociais e hierárquicas presentes nos níveis capilares de poder (instituições da polícia técnica, por exemplo) tornam-se econômica e politicamente úteis, dentro de uma estrutura maior de poder, sendo anexadas e sustentadas por esses mecanismos globais do estado.

Dessa forma, diversas instituições funcionariam integradamente, de maneira a manter um sistema de exclusão social que tem na violência um importante mecanismo de sustentação. Dentro dessa lógica, há de se considerar a forte associação existente entre a distribuição espacial da violência e a distribuição espacial das classes menos favorecidas. Em trabalho realizado na cidade de São Paulo (Cardia & Schiffer, 2002), constatou-se que os homicídios concentram-se em certas áreas da cidade que coincidem com locais onde há uma superposição de carências. Os autores afirmam que “violência e insegurança caminham juntas com pouca qualidade de vida, com a ausência de política habitacional e implementação deficitária de serviços”. Beato Filho (2001) também conclui que



os conglomerados com maiores taxas de homicídio da cidade de Belo Horizonte estão relacionados “a bairros e favelas em que parece prevalecer o tráfico de drogas”. As principais vítimas da violência estão concentradas em determinadas áreas e correspondem a “pessoas consideradas indesejáveis, cujo perfil coincide com o daquelas pertencentes às classes populares” (Minayo & Souza, 1999).

Além disso, a violência serve como um poderoso mecanismo de controle da organização civil da parcela da população menos favorecida, principalmente aquela parte da sociedade submetida ao poder ditatorial de grupos de narcotraficantes que impõem pelo terror seu poder (Minayo & Souza, 1999). Neste último caso, encontram-se as favelas cariocas, onde a desarticulação da sociedade civil tem origem devida à atuação repressiva do estado nessas comunidades, quer de forma subreptícia, quer por meio da violência policial. Tal atuação provocou o desmantelamento das associações de moradores e o desaparecimento de líderes comunitários, inibindo a organização social que começava a despontar (Zaluar & Alvito, 1999). A partir do processo de democratização da sociedade brasileira, o estado deixou de intervir de forma direta nesses locais, iniciando-se a implantação de poderes oriundos do tráfico de drogas e armas, os quais substituíram o estado no papel de desarticulador dessas comunidades.

Por conseguinte, a produção de des(informação) torna-se adequada “à concepção dominante de

violência e de sujeitos violentos que a sociedade hegemonicamente retém em seu imaginário” (Njaine, 1997).

A (des)informação acaba tendo, pois, o duplo papel de: a) tornar menos importante a morte de vítimas de violência das classes menos favorecidas; e b) permitir o rótulo dessas classes, associando-as diretamente ao criminoso, tornando-as indesejáveis do ponto de vista social. A (des)informação permite a perpetuação de preconceitos que legitimam a violência direcionada a certas classes. Esta mesma violência tem o papel de controlar e delimitar espacialmente as populações desfavorecidas econômica e socialmente.

Quanto à perícia, os casos de homicídios são percebidos por muitos peritos como “eliminação de bandidos”, principalmente naqueles classificados como auto de resistência. No entanto, estudos mostram que a maioria dos jovens assassinados não tem antecedentes criminais (Minayo & Souza, 1999).

Outro preconceito muito comum é o que tem relação com o ambiente onde o crime ocorreu, em local caracteristicamente pobre, quando a vítima de homicídio, por uma inversão simbólica, passa a ser considerada um bandido que foi eliminado por um justiceiro ou como consequência de briga entre traficantes. Quando o crime ocorre em local caracteristicamente abastado, a vítima permanece nesse papel, considerando-se que ocorreu um crime praticado por um foradalei. O rótulo dado às vítimas de violência



tem uma forte conotação espacial e de classe social no imaginário popular.

No entanto, é interessante que esse olhar não é apenas da Polícia, mas também da mídia e da própria sociedade. Esse discurso apresenta tal clareza facilmente percebida pelos segmentos sociais atingidos conforme a opinião de estudantes que expressaram a visão dos meios de comunicação e reafirmaram as divisões e a exclusão social: “morreu de uma bala perdida porque é vagabundo”; “morreu porque era do tráfico” (*Apud* Minayo *et al.*, 1999).

A desinformação também permite exploração e apropriação do tema pela mídia, que pode moldar a informação da maneira mais adequada aos seus objetivos mercadológicos, pois transforma a violência em espetáculo, cujos principais atores são angariados das classes menos favorecidas.

A mídia tem um duplo papel no processo de desinformação. O primeiro é passivo e está relacionado à geração de notícia. Os meios de comunicação se beneficiam da ausência de informações de qualidade para fabricar conteúdos e reinventar fatos e dados da forma que melhor se adapte a seus interesses de lucro imediato. Surge daí a espetacularização da notícia. Por outro lado, a mídia tem papel ativo na criação da (des)informação, já que perpetua preconceitos e tem grande poder de convencimento, influenciando a tomada de decisões da população, de dirigentes e de políticos.

Ressalta-se que jornais que têm como principal tema a morte violenta e o espetáculo

macabro também têm como protagonistas dessas histórias pessoas das classes menos favorecidas, principalmente aquelas que vivem segregadas em determinados espaços urbanos, tais como a Baixada Fluminense. Desse modo, espetacularização da violência tem papel significativo na legitimação do poder de polícia. Segundo Foucault (1995), é importante que os crimes sejam explicitados, dissecados e expostos ao público. É necessário criar uma comoção pública, principalmente entre as classes pobres (principais vítimas da violência), as quais devem ser controladas, esquadrihadas e monitoradas. Uma das instituições criadas com essa função disciplinadora é a da Polícia, com seus métodos de repressão individuais e coletivos.

Dentro desta contextualização geral, pode-se destacar a especificidade da mídia na perícia criminal. Em um primeiro nível, há uma influência direta e pessoal dos meios de comunicação no reforço de preconceitos existentes na população e, por extensão, nos peritos. A persistência da mídia em certos temas e a forma de abordagem tenderiam a criar “verdades”, com poucas possibilidades de contestação. O segundo nível passa pela questão institucional, em que a perícia criminal sofre pressões diretamente da mídia a fim de apresentar respostas a algum evento que tenha causado comoção pública. A mídia irá eleger casos que devem ser resolvidos e pressionará a instituição responsável pela ação. Em uma análise superficial, se poderia



afirmar que este seria um papel positivo da mídia. No entanto, um outro lado nefasto é o fato de a mídia “preferir” aqueles casos em que a vítima tem uma posição social abastada; há aí uma segregação sutil, em que a pressão por soluções é mais freqüente quando envolve a classe privilegiada.

O terceiro item abordado por Njaine (1997) refere-se à precária formação dos profissionais que lidam com o registro e a desconexão desta tarefa com o fluxo geral de informação. No primeiro caso, se há interesse em perpetuar a ausência de informação, pelos motivos anteriormente expostos, não há sentido, dentro dessa lógica, em formar pessoal capacitado para organizar tal informação.

Para que haja um fluxo de informação desconectado é necessário haver desarticulação inter e intra-institucional. Isso serve para manter a sociedade desinformada e beneficia tanto o sistema hierárquico autoritário de suas instituições quanto o sistema macro-político e cultural de segregação e controle de populações marginalizadas.

Como se vê, a qualidade da informação gerada pela polícia técnica pode ser vista como uma das vertentes de um sistema praticamente fechado, no qual diversas instituições interagem entre si e se retro-alimentam, de maneira que as práticas de uma reforçam as estruturas de organização da outra, contribuindo, assim, para manter sistemas políticos,

econômicos e sociais complementares, embora com objetivos diferentes.

Nesse contexto, a violência funciona como um dispositivo de poder preservado por diversos mecanismos culturais e institucionais. Por este sistema perpassa uma lógica de exclusão social e de garantia de privilégios de uma classe sobre outra, em que a vida humana apresenta valor secundário. É justamente a valorização da vida que pode subverter tal sistema, ou como afirma Santos (2002): “Contra a barbárie anunciada pela violência, a difusão de uma ética da solidariedade, cuja base seja o respeito ao outro, pode compor uma linha de fratura no dispositivo da violência”.

A partir dessas questões, também tratadas em trabalho anterior por Giovanelli (2002), percebe-se a necessidade de maior eficiência na geração, sistematização e disseminação de dados do IML e da perícia criminal. Sugere-se que mudanças nesse porcedimento informacional da polícia técnica deveriam estar vinculadas a uma série de modificações na estrutura administrativa e hierárquica das Instituições que formam o corpo técnico da Polícia. Em um primeiro momento, no entanto, deveria ser feito um levantamento prospectivo das demandas de atendimentos periciais nas diferentes regiões do Rio de Janeiro. Neste ponto, a perícia criminal encontra-se em um estado crítico, pois como salientado anteriormente, muito pouco tem sido feito neste sentido.



Referências Bibliográficas

- BARRETO FILHO, M; LIMA, H. *História da Polícia do Rio de Janeiro*: aspectos da cidade e da vida carioca (1831 – 1870). Rio de Janeiro: A Noite, 1943. p 75 e 109.
- BEATO FILHO, C. C. *et. al.* Conglomerados de homicídios e o tráfico de drogas em Belo Horizonte, Minas Gerais, Brasil, de 1995 a 1999. *Cadernos de Saúde Pública*, nº 5. Rio de Janeiro: ENSP/FIOCRUZ, 2001, p.1163-1171.
- CARDIA, N. & SCHIFFER, S. Violência e desigualdade social. *Ciência e Cultura, Temas e Tendências*, n. 54. São Paulo: SBPC/Imprensa Oficial, 2002, p.25-31.
- DEJOURS, C. & ABDOUCHELI, E. *Psicodinâmica do trabalho*: contribuições da escola dejouriana à análise da relação prazer, sofrimento e trabalho. São Paulo: Atlas, 1994.
- FOUCAULT, M. *Microfísica do poder*. São Paulo: Graal, 1995.
- GIOVANELLI, A. *et. al.* A urgência de uma perícia eficiente no contexto atual de violência, criminalidade e segurança no Rio de Janeiro: percepções, propostas e contribuições para a melhor operacionalidade na implantação de uma perícia eficiente no estado do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro, 2002 [mimeo.].
- MINAYO, M. C. S. *et. al.* *Fala galera*: juventude, violência e cidadania no Rio de Janeiro. Rio de Janeiro: Garamond, 1999. p. 131-145.
- MINAYO, M. C. S & SOUZA, E. R. É possível prevenir a violência? Reflexões a partir do campo de saúde pública. *Ciência & Saúde Coletiva*, nº 4. Rio de Janeiro: ABRASCO/FIOCRUZ, 1999, p.7-32.
- NJAINÉ, K; SOUZA, E. R.; MINAYO, M. C. S. & ASSIS, S. G. A produção da (des)informação sobre violência: análise de uma prática discriminatória. *Cadernos de Saúde Pública*, nº 13. Rio de Janeiro: ENSP/FIOCRUZ, 1997, p.405-414.
- SANTOS, J. V. T. Microfísica da violência, uma questão social mundial. *Ciência e Cultura Temas e Tendências*, nº 54. São Paulo: SBPC/Imprensa Oficial, 2002, p.22-24.
- SIMÕES, S. E. M. & REICHENHEIM, M. E. Confiabilidade das informações de causa básica nas declarações de óbito por causas externas em menores de 18 anos no município de Duque de Caxias, Rio de Janeiro, Brasil. *Cadernos de Saúde Pública*, nº 17. Rio de Janeiro: ENSP/FIOCRUZ, 2001, p. 521-531.
- ZALUAR, A. & ALVITO, M. *Um século de favela*. Rio de Janeiro: FGV, 1999. 372p.



Abstract – *This article analyses expert jobs done by Posto de Polícia Técnica (Expert Police Department) at Campo Grande in the city of Rio de Janeiro, as from September 1999 to June 2002, with specifications covering the time span between July 2001 and June 2002. The number of report requests has always been higher than 200 expert jobs per month. The first half of 2002 showed an increase of 16% in relation to the prior year. Murders played a major role in this boost. The 35th DP (Police Station) stands out as leading the requests for expert jobs. The main report categories were as follows: murders (35,1%) and traffic accidents (23,8%). The undervaluing of the information generated at the Expert Police's may be related to social exclusion set-ups. Higher refinement with the figures would facilitate decision making.*

Keywords: Rio de Janeiro; violence; crime expertise; murder; traffic accident; burglary

Resumen – *En este artículo se plantean las pesquisas forenses realizadas por la Unidad de Policía Forense - Posto de Polícia Técnica (PPT) - de Campo Grande, en la ciudad de Río de Janeiro, para el período de septiembre de 1999 a junio de 2002, con destaque para el período de julio de 2001 a junio de 2002. El número de demandas policíacas fue siempre superior a 200 pesquisas mensuales. El primer semestre de 2002 presentó un aumento del 16% comparado al año anterior. Los homicidios contribuyeron acentuadamente para ese crecimiento. La 35^a Jefatura de Policía (35^a DP) fue la comisaría que más demandó peritaje. Los principales tipos de ocurrencia policíacas fueron los homicidios (35,1%) y accidentes de tránsito (23,8%). La degradación de la información generada en la policía técnica puede relacionarse a dispositivos de exclusión social. Aumento de eficacia de las estadísticas permitiría tomas de decisiones administrativas más adecuadas de la propia Policía.*

Palabras-clave: Río de Janeiro; violencia; pesquisa criminal; homicidio; accidente de tránsito; invasiones a casas.

Nota

¹ Cf. <http://www.novapolicia.rj.gov.br>.



